

# Capitalismo de vigilância e lutas algorítmicas

## *Surveillance capitalism and algorithmic struggles*

MURILO DUARTE COSTA CORRÊA<sup>a</sup>

Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa – PR, Brasil

GIUSEPPE COCCO<sup>b</sup>

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ, Brasil

### RESUMO

Nos últimos anos, a literatura sobre técnicas digitais rebentou em uma espiral de denúncias contra os algoritmos. Eles seriam as técnicas neoliberais por meio das quais uma nova etapa do capitalismo subsumiria globalmente as sociedades, encerrando-as em uma repetição infinita assegurada pelo extrativismo de dados e pela vigilância contínua. Esse ensaio problematiza o capitalismo de vigilância – um dos principais pontos de convergência desse debate. Ainda, reposiciona a clivagem entre vigilância e segurança no contexto da pandemia de covid-19 sob a ótica das lutas algorítmicas. Como resultado, afirma que o capitalismo de vigilância escamoteia a perspectiva do trabalho e das lutas, lançando-nos ao impasse e ao imobilismo políticos.

**Palavras-chave:** Técnica, capitalismo de vigilância, algoritmos, lutas sociais

### ABSTRACT

The recent literature on digital techniques has exploded in a spiral of denunciations against algorithms. They would be nothing but neoliberal techniques by which a new stage of capitalism would globally subsume societies, enclosing them in an infinite repetition guaranteed by data extraction and continuous surveillance. This essay problematizes surveillance capitalism – one of the main focal points of this debate. Furthermore, it repositions the split between surveillance and security in the context of the COVID-19 pandemic from the perspective of algorithmic struggles. As a result, we argue that surveillance capitalism hides the perspective of work and struggles, throwing us into political impasse and immobility.

**Keywords:** Technics, surveillance capitalism, algorithms, social struggles

<sup>a</sup> Professor Associado no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutor e Mestre em Filosofia e Teoria do Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), respectivamente, com pós-doutorados na Vrije Universiteit Brussel e na Universidad de Buenos Aires. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4420-2275>. E-mail: [correa@uepg.br](mailto:correa@uepg.br)

<sup>b</sup> Professor Titular no Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação e Cultura e Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor e Mestre em História Social pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne), com pós-doutorado na Birkbeck University. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7436-8807>. E-mail: [beppo1977@gmail.com](mailto:beppo1977@gmail.com)

<sup>1</sup> O que chamamos aceleração algorítmica corresponde não apenas ao fato de que “as redes e o processamento algorítmico solidificam os rastros dos ritmos metropolitanos” e cristalizam “fluxos em dados (big data) cujo processamento se torna cada vez mais rápido e eficaz”, mas, também, corresponde à aceleração “[dos] próprios níveis de abstração do trabalho que, flutuando como virtualidades, a qualquer instante podem realizar-se e condensar-se . . . em data de bilhões de decisões geradas por centenas de milhões de dispositivos online (os smartphones e outros tablets)” (Szaniecki & Cocco, 2021, p. 35-36).

OS ALGORITMOS ESTÃO por toda parte, no embalo de um ritmo desenfreado. Enquanto vivemos uma vertigem que poderíamos chamar de *aceleração algorítmica*<sup>1</sup>, uma gigantesca literatura grita contra “a ditadura dos algoritmos” (Benasayag, 2019), os “algoritmos da opressão” (Noble, 2018) ou de “destruição em massa” (O’Neil, 2020). Com diferentes procedências, o pessimismo é generalizado. É comum ouvir que nos encontramos em um mundo “silicolonizado” (Sadin, 2016), onde a ascensão dos dados determina a “morte da política” (Morozov, 2018).

Essa panóplia de análises, e sobretudo a atmosfera emocional que elas mobilizam, pode convergir no que Shoshana Zuboff (2020) nomeou capitalismo de vigilância. Condensado nessa expressão, o termo *vigilância* pretende anunciar uma nova etapa do *capitalismo*, agora marcado por uma condição ultraorwelliana de controle e transparência totais. Na realidade, o que Zuboff propõe não é a noção de um *big brother* espiando a vida de todo mundo, mas a de um *big other* – ideia inoculada por uma nova configuração da economia política do poder batizada de poder instrumentário.

Quando o determinismo tecnológico parecia ter sido abandonado, a abordagem do capitalismo de vigilância reintroduziu o determinismo econômico do neoliberalismo e suas novas técnicas de poder (Han, 2018) com ares de uma matriz crítica geral e sedutora. Porém, pensamos que, ao invés de fornecer armas e alternativas para a ação política, esse caminho não faz mais do que mapear uma servidão geral à técnica da qual teria se tornado impossível desertar.

Se a aceleração algorítmica implica e mobiliza o desenvolvimento da computação em *nuvem*, essas abordagens críticas resultam, por sua vez, em uma névoa intelectual que leva o pensamento sobre a técnica, a tecnologia e o capitalismo contemporâneos ao *impasse* e ao imobilismo. Por um lado, elas dão conta do “mal-estar” na cultura algorítmica (Supiot, 2015). Por outro, ao invés de potencializar saídas, essa perspectiva crítica apenas nos paralisa diante dos verdadeiros e urgentes desafios que temos pela frente. O sucesso editorial e de opinião da literatura ao seu redor testemunha o impacto das angústias psicossociais geradas pela *aceleração algorítmica* diante das incertezas crescentes que ela gera sobre o futuro.

Se, por um momento, a noção de capitalismo cognitivo (Boutang, 2012) captou adequadamente as transformações do valor, é porque ela tinha como ponto de partida a análise das transformações do trabalho, particularmente ligadas aos temas do *general intellect*. Essas análises propunham um capitalismo pós-fordista já atravessado pelas lutas da multidão do trabalho imaterial – aquele que acontece na circulação metropolitana, como uma inteligência organizada em rede, fruto da cooperação entre as singularidades que compõem a multidão (Hardt & Negri, 2005).

De nossa parte, pensamos que o problema do argumento crítico do capitalismo de vigilância reside no fato de que sua análise escamoteia o ponto de vista do trabalho e das lutas e não leva suficientemente em conta a questão da coordenação social. O capitalismo é, sim, um modo de exploração do trabalho, mas também (e antes disso) é um modo de coordenação da sociedade. Passar pelas lutas não é uma questão moral, mas de método. Como quisera Marx, as lutas são internas ao capitalismo, mesmo na sua configuração pós-industrial ou algorítmica.

Precisamos apreender a técnica de modo não essencialista, ou seja, problematizá-la através da reativação das suas dimensões políticas: as lutas transversais e imanentes aos agenciamentos tecnossociais. Em outras palavras, parece-nos que o impasse real está nas lutas, e não no capitalismo. Desse modo, a técnica precisa ser pensada em sentido operacional, processual e metaestável. *Apenas as lutas tornam a técnica pensável na condição de problema*, e não mais na condição de questão.

Para tanto, precisamos conceber os algoritmos como objetos ou seres técnicos, abertos à exterioridade e desdobrando-se, inacabados, no sentido que o filósofo da técnica e da individuação Gilbert Simondon lhes emprestara. Isso significa compreender os algoritmos como processos reais desenvolvidos pelas “linhas [de sua] gênese como única essência verdadeira” (Simondon, 2020, p. 233). No vocabulário simondiano, essência já não remete a *ser em geral* ou à *ontologia*, mas à relação, processo e devir – condição para que o pensamento da técnica transponha o impasse da crítica e possa reencontrar as lutas.

Nosso problema nunca foi a técnica, nem os algoritmos, mas as lutas que constituem a significação dos objetos técnicos e produzem seus modos de existência. O impasse no qual estamos não é definido pelo capitalismo ou pela vigilância, mas pelas dificuldades em captar as lutas que o atravessam. Paradoxalmente, definir o capitalismo em termos de vigilância nos leva ainda mais para dentro do impasse. Deixemos claro que não temos respostas sobre como sair dele, mas isso não nos exime de tentar formular problemas adequados que possam liberar caminhos.

Para tanto, articularemos o argumento de que a abordagem do capitalismo de vigilância escamoteia a perspectiva do trabalho e das lutas, lançando-nos a um impasse e ao imobilismo político, em duas seções. A primeira, intitulada “Capitalismo de vigilância”, dedica-se a definir, com os devidos contrapontos críticos, os contornos da atmosfera intelectual e emocional que constitui essa abordagem, revisando as literaturas contemporâneas que nela convergem. A seção organiza essa prospecção a partir das ideias de instrumentalismo, que se manifesta no poder instrumentário; de extrativismo de dados comoditizados,

manifesta no modelo econômico-político das *big techs*; e de reiteração (recursividade ou *feedback loop*), que dá nome ao regime de reprodução automática das sociedades governadas por algoritmos.

Como veremos, os três principais achados correspondentes a cada eixo em que se desenvolve essa prospecção serão: o imobilismo político diante do impasse tecnológico e extrativo; o desligamento entre a crítica ao capitalismo e as lutas; e, por fim, a representação de um automatismo social generalizado, governado por algoritmos, que encerra essa cadeia de raciocínio em uma tautologia da qual o seu impasse emana.

A segunda seção, intitulada “A clivagem vigilância/segurança”, reposiciona a clivagem entre vigilância e segurança no contexto da pandemia de covid-19 e propõe trajetórias de escape do impasse do capitalismo de vigilância. Para tanto, interpreta o capitalismo algorítmico como um terreno material em que lutas e processos sociotécnicos se alavancam mutuamente. O argumento se desenvolve articulando duas dimensões dessa clivagem e três lutas recentes nas quais podemos vê-las se manifestarem. Essa clivagem se prolonga tanto no terreno de ação política de movimentos sociais contemporâneos, que de alguma forma se veem atravessados pelas tecnologias digitais, quanto na dimensão das políticas públicas.

Na dimensão vertical da clivagem vigilância/segurança, recuperamos a relação entre a segurança e o controle genuinamente biopolítico da crise de saúde desencadeada pela pandemia de covid-19. Já na dimensão horizontal da mesma clivagem, recuperamos a noção de *sousveillance* (a vigilância desde baixo) como contraponto à *surveillance* (a vigilância de cima para baixo) para detectar tendências de lutas emergentes tanto a partir do caso George Floyd, na reigitação do *Black Lives Matter*, desencadeada em dimensões globais, quanto a partir das lutas dos trabalhadores de aplicativos, o que reinsere na análise a dimensão da subjetividade, por um lado, e do trabalho contemporâneo, por outro.

Assim, tentamos remontar à técnica como *terreno* imanente em que as lutas se desenvolvem, valendo-nos da força dos movimentos antirracistas e dos entregadores de aplicativos, na condição de lutas que se processaram por dentro da *aceleração da aceleração* algorítmica desencadeada no cenário pandêmico.

### **CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA: INSTRUMENTALISMO, EXTRATIVISMO E REITERAÇÃO**

Em *A era do capitalismo de vigilância*, Shoshana Zuboff descreveu o fenômeno que dá título ao seu livro como um amplo diagrama de poder que funciona como “o titereiro que impõe sua vontade por meio do aparato digital ubíquo”

(Zuboff, 2020, p. 427), como “o mago por trás da cortina digital” (Zuboff, 2020, p. 429), para quem o *instrumentalismo* funciona como uma “arquitetura prática” (Zuboff, 2020, p. 472) ordenada para minerar a realidade.

O que Zuboff chamou de poder instrumentário, nomeando assim seu específico regime de poder, reproduz a estrutura social montada pelo modo de produção material do capitalismo de vigilância. Seu advento se alicerça na ubiquidade do aparato digital, das infraestruturas em redes, do crescente poder de processamento computacional e de inéditos efeitos de totalização social para impor-se como uma tecnologia universal do comportamento. A condição material da produção, e do novo regime de acumulação que apresentará “*surveillance as a service*” (Zuboff, 2000, p. 480), instancia a assimetria de poder entre *big techs*, seus magos e sacerdotes, e os usuários comuns. Estes já não são, como no adágio neoliberal, os produtos dos serviços gratuitos, mas “as carcaças abandonadas” (Zuboff, 2000, p. 429) das ações contínuas de caça em busca de superávit comportamental.

A engenharia comportamental mistura neoliberalismo e behaviorismo radical. Vale-se da onisciência, do controle e da certeza extraídas e geridas ativamente em benefício dos fins de mercados de futuros comportamentais. Isso faz do poder instrumentário um novo tipo de saber-poder estatístico e totalizante, gerador de um automatismo social tendencialmente absoluto: “uma ordem digital que prospera dentro de coisas e corpos, transformando vontade em reforço e ação em resposta condicionada” (Zuboff, 2020, p. 430).

Esse poder implica um regime de governança dos fluxos comportamentais, previsíveis e moduláveis, inibindo, *a priori*, toda ameaça de instabilidade. Nessa subsunção da sociedade pela nova ordem de acumulação, a própria utopia se converte em uma prática experimental de poder que dirige os fluxos de ações humanas mimetizando as máquinas. Por isso, Zuboff (2020) vê as verdades computacionais substituírem as verdades políticas.

Assim, o capitalismo de vigilância rearticula a antiga razão instrumental nos termos do poder instrumentário do *big other*. Na visão de Zuboff (2020), o *big other* generalizaria um *totalitarismo digital* apoiado em dados públicos e privados, com o objetivo de obter o maior nível possível de automação social. Ele se caracteriza como um regime institucional, ubíquo e em rede, que grava, modifica e comoditiza as experiências cotidianas de pessoas e coisas, a fim de estabelecer novas rotas de monetização.

Embora ele reconfigure as sociedades de massas, também torna a conformidade social irrelevante, na medida em que impõe “um novo tipo de automaticidade” (Zuboff, 2020, p. 430) do comportamento baseado em dados comportamentais que retroalimentariam, segundo um amplo circuito de valorização

capitalista, novas diretrizes que seguem a lógica de estímulo-resposta descrita por behavioristas radicais como B. F. Skinner. Segundo Zuboff, o que teria faltado para tornar uma visão como a de Skinner praticável foi a *verdade computacional* que os dados, o registro dos fluxos, o aprendizado de máquina e a modelagem computacional poderiam, hoje, fornecer.

As descrições de uma sociedade instrumentária, totalizada e subsumida pelo capitalismo de vigilância (Zuboff, 2020) irão inspirar uma atmosfera paranoide, na qual o perigo da irracionalidade em rede se transforma tautologicamente em fatalismo crítico da razão. Nas sociedades das redes, o instrumentalismo é mobilizado para fabricar diferenças a serem incitadas, deixadas livres, desenvolvidas, circuladas, multiplicadas, e então exploradas, extraídas, mobilizadas e moduladas segundo múltiplas estratégias de geração de valor pela engenharia comportamental. A produção de valor comportamental tornou-se a sede de extração de mais-valia das singularidades, diferenças fragmentares e *dividualidades* (Raunig, 2016). Essa seria a última fronteira do saber-poder instrumentário que caracteriza o capitalismo de vigilância.

A uniformização, a adaptação e a conformidade das antigas sociedades industriais são agora substituídas pela singularização, extração e modulação das redes instrumentárias. Desse modo, a abordagem em termos de capitalismo de vigilância nos coloca diante de uma situação em que a única versão possível da crítica está do lado das tecnofobias paranoides e no avesso das tecnofilias permissivas. Uma tentativa de sair desse impasse passará pela qualificação extrativista da vigilância: o capitalismo contemporâneo não seria apenas vigilantista, mas também extrativista – e o que liga um termo a outro são, precisamente, os *dados*. A crítica se dirigirá, pois, contra o modelo extrativo de produção, visando interceptar a linha de tendência que atravessa a terra, os corpos e os meios.

Em outro contexto, territorial e metabólico, Maristella Svampa (2019) resumiu o extrativismo em três traços: 1) o extrativismo é um regime de acumulação capitalista contínuo; 2) ele se prevalece da intensificação do intercâmbio metabólico entre homem e natureza; e 3) seu objetivo é exportar *commodities* (matérias-primas, energia, recursos), segundo os vetores de um diagrama colonial que coloca as periferias a serviço dos centros globais.

Já a descrição do capitalismo de vigilância baseia-se na evolução dos modelos de negócios das *big techs* americanas e chinesas (sobretudo, Google, Facebook, Amazon, Alibaba, Baidu e Tencent). Sua premissa é a de que o capitalismo contemporâneo teria evoluído do modo de produção fordista à técnica extrativa do Google model. Enquanto o primeiro correspondeu a uma economia escalar de expropriação do trabalho que fornecia produtos e serviços, o Google

model teria encapsulado um tipo novo e parasitário de economia, baseado na extração de *dados*.

Assim, já não se acumulam apenas matérias-primas e *commodities*, nem se expropria unicamente o trabalho; mais do que isso, extraem-se e acumulam-se dados com valor comportamental por meio de arquiteturas computacionais globais e difusas, a fim de modelar comportamentos e aumentar a sua previsibilidade. Produtos e serviços já não têm valor em si, exceto como rotas em contínua construção e como testes para constituir mercados de futuros comportamentais, tornando o extrativismo de dados sustentável em larga escala (Zuboff, 2020).

Não é difícil perceber que os traços alinhavados pela crítica do extrativismo incorporam-se à abordagem feita pelo capitalismo de vigilância: 1) o extrativismo é um regime de acumulação contínua, agora arquitetado computacionalmente pela vigilância; 2) expandindo as interações entre homem e natureza, o capitalismo de vigilância se sustentaria na intensificação das trocas metabólicas entre a natureza dos corpos e o caráter pós-humano dos meios – intensificação favorecida pela ubiquidade dos sensores, *gadgets* e *wearables* extrativos; e 3) mantém-se o objetivo de extrair *commodities* (dados) segundo os vetores de um diagrama colonial que vai das periferias da vida cotidiana às plataformas verticalizadas das *big techs* no Vale do Silício.

Essas duas poderosas abordagens do capitalismo extrativo, de certa maneira, cruzam-se na crítica à comoditização de dados. O mote “*data is the new oil*” (Bridle, 2018) rebentou de literaturas dispostas ora a denunciar as ameaças à democracia liberal (O’Neil, 2020; Zuboff, 2020), ora a proclamar o fim da própria política (Morozov, 2018). Essa mutação teria transformado o próprio regime de acumulação e concentração de riqueza de forma permanente, reorganizando as arquiteturas computacional e social para esses fins.

É interessante perceber que a crítica ao extrativismo da terra e dos dados integram, em certa medida, um mesmo diagnóstico da ameaça que paira sobre a ecologia democrática de direitos. Enquanto Svampa (2016) fala da equação *mais extrativismo, menos democracia*, Zuboff (2021) assinou um artigo de opinião no *The New York Times* em que afirma a incompatibilidade entre capitalismo de vigilância, democracia e direitos humanos.

Aceitar tudo isso implica admitir que a técnica subsume tanto o campo social quanto as alternativas políticas que ele gesta. Não haveria nenhum espaço de lutas, exceto talvez um novo ludismo (Mueller, 2021) inteiramente negativo. Deveríamos, então, concordar com Han (2018) e proclamar a obsolescência das lutas? Para os teóricos do capitalismo de vigilância, o político encontra-se bloqueado pela ontologia da técnica, e toda potencial divergência teria sido absorvida em um modelo de governança por reiteração. Estaríamos no auge da

automação social e nos moveríamos na plena lógica da vigilância: *in extremis*, tudo se passa como se fôssemos *autômatos* governados por algoritmos *autônomos* engendrados por um *paradigma carcerário geral e a céu aberto* (Katz, 2020).

Boa parte da literatura contemporânea sobre a técnica move-se, hoje, em uma atmosfera na qual a tarefa negativa da crítica implode na forma da denúncia de uma governança automatizada, de uma sociedade de repetição, digitalmente normalizada e ontologicamente reiterativa. Nela, todos os traços que permitiriam entrever reconexões possíveis com o terreno das lutas ou com os componentes políticos de um agenciamento sociotécnico são neutralizados *a priori*.

Essas abordagens continuam a pensar que a inteligência artificial (IA) contemporânea seria fruto linear da cibernética e de seu efeito de feedback (Pasquinelli, 2023), tanto que a recursividade, os *feedbacks loops* e suas repetições infinitas constituirão um dos problemas centrais na interpretação que a abordagem do capitalismo de vigilância fez dos algoritmos. Aí, a complexidade e a indeterminação técnica dos algoritmos acaba estreitada à noção matemática de *função recursiva*, isto é, “uma função que se repete até atingir um estado estacionário” (Hui, 2019, pp. 120-121).

Cathy O’Neil (2020) enfatizou a recursividade dos algoritmos. Tudo se passa como se os algoritmos fossem máquinas do tempo, controlando o presente e bloqueando o futuro a partir de funções matemáticas opacas e pervasivas que operam sobre a acumulação de dados passados, obtidos com base na extração e na imposição *soft* da hipervisibilidade social.

Na medida em que políticas públicas e privadas ligadas ao exercício de direitos se indexam a algoritmos, eles serão responsabilizados pela reiteração e automação cegas de estruturas sociais dadas. Para Virginia Eubanks (2018) ou Yarden Katz (2020), os algoritmos e a IA não passariam de modelos cuja flexibilidade é colocada a serviço de invariantes estruturais, reproduzindo desigualdades, vieses de gênero, raça, pobreza e criminalização, revigorando privilégios da branquitude etc.

É nesses termos em que a tensão entre recursividade (repetição) e contingência (a diferença) se coloca entre os teóricos do capitalismo de vigilância. Eles descreverão os algoritmos e a IA como máquinas governamentais que colonizam as contingências e eliminam os possíveis. Toda variação não passaria de um simulacro de diferença ou de um epifenômeno da repetição determinista de uma estrutura predisposta à reiteração.

Essa descrição prolonga uma premissa distópica, repercutida no conceito de *big other*, de Zuboff (2020): “Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado” (Orwell, 2009, p. 47). Ela sugere que o problema da repetição do idêntico, ou das relações entre memória e futuro, esteja

de antemão determinado pelas estratégias de poder que operam no presente. Isto é, os algoritmos e a IA não passariam de instrumentos de repetição e de controle das contingências. O futuro aparecerá bloqueado não pela máquina governamental algorítmica, mas pela força que, nela, liga a memória dos dados, o presente das relações de poder e as virtualidades da ação humana.

Essas análises passam ao largo dos verdadeiros desafios que a aceleração algorítmica nos coloca. Um dos maiores paradoxos deriva da crença sem reservas nas metáforas usadas para enfatizar a importância estratégica dos dados, e assim defini-los como *commodities*: como se fossem equivalentes a minérios ou petróleo. Os dados – a informação – são, sim, fundamentais e constituem a grande jazida da aceleração algorítmica, mas funcionam de maneira radicalmente diferente das *commodities* primárias, que aparecem no retrovisor das análises que reduzem o capitalismo contemporâneo a uma deriva vigilantista e extrativista ou de *espoliação*.

Em primeiro lugar, a massificação dos dados (o *big data*) que hoje é a base dos modelos de negócio das GAFAM<sup>2</sup> deriva de um processo de *conexão* generalizada (a *internet das coisas*). *As conexões precedem os dados* e instanciam a sua produção. Em segundo lugar, diferentemente das *commodities*, os dados são bens não rivais: o uso que se faz deles não impede que outros continuem a usá-los (Haskel & Westlake, 2018). Ao passo que as jazidas minerais se esgotam, a exploração dos dados gera volumes ainda maiores de dados, em espiral. Em terceiro lugar, a disponibilidade de vastas jazidas de dados permitiu a retomada de uma vertente até então marginalizada das técnicas em IA: o *conexionismo* (Dupuy, 2009). Juntamente com o aumento exponencial da potência de cálculo da máquina computacional planetária, o *big data* é um dos determinantes da aceleração baseada nos algoritmos de *deep learning*, isto é, do tipo de IA que está na base da aceleração algorítmica dos últimos dez ou 15 anos.

Assim, quanto mais os dados são usados, mais os fluxos deles aumentam, tornando a economia global uma “*perpetual motion machine of data*” (Slaughter & Cormich, 2022). O que acontece não é um movimento de extração de *commodities*, mas de produção algorítmica de sentidos a partir de sentidos – o que é a expressão inglesa *data-driven innovation* manifesta. A inovação baseada em dados pode fomentar a inovação incessantemente, sem se esgotar.

Um exemplo disso, que detalharemos adiante, foi a circulação on-line dos dados sobre a sequência genética do vírus do covid-19. Apenas um mês depois do registro da primeira contaminação, esses dados permitiram às *big pharma*s, como a norte-americana Moderna, começarem a trabalhar imediatamente na vacina, agenciando essas informações àquelas que elas já tinham elaborado com base no conceito inovador de RNA mensageiro (Ball, 2020).

<sup>2</sup>O que chamamos aceleração algorítmica corresponde não apenas ao fato de que “as redes e o processamento algorítmico solidificam os rastros dos ritmos metropolitanos” e cristalizam “fluxos em dados (big data) cujo processamento se torna cada vez mais rápido e eficaz”, mas, também, corresponde à aceleração “[dos] próprios níveis de abstração do trabalho que, flutuando como virtualidades, a qualquer instante podem realizar-se e condensar-se . . . em data de bilhões de decisões geradas por centenas de milhões de dispositivos online (os smartphones e outros tablets)” (Szaniecki & Cocco, 2021, p. 35-36).

Outro exemplar correlacionado foi a gestão da curva de contágio nos primeiros meses da pandemia. Como também discutiremos em seguida, mostrou-se que o probabilismo pode ser uma ferramenta biopolítica de proteção da vida, por exemplo, no rastreamento da difusão do contágio ou na avaliação do equilíbrio entre proteção à saúde e a minimização do custo de capital humano (Zhunis et al., 2022), ou mesmo na decisão e na logística da distribuição de vacinas (Bicher et al., 2022). Muito longe de o probabilismo e a predição estatísticas serem meramente reiterativas de uma formação social dada, elas podem constituir ferramentas ligadas a dinâmicas materiais que estão atravessadas por bifurcações e prenhes de possíveis para as lutas.

A nosso ver, as técnicas constituem um terreno de lutas que a abordagem do capitalismo de vigilância não consegue apreender por completo. A seguir, apresentaremos duas clivagens que ajudam a demonstrar *concretamente* em que múltiplos sentidos as tecnologias digitais constituem um *meio* para o desenvolvimento das lutas.

É o caso das clivagens entre vigilância e segurança e entre as dimensões vertical (*surveillance*) e horizontal (*sousveillance*) da vigilância e do controle. O trabalho de nuancá-las permite mostrar como elas puderam articular-se biopoliticamente durante os piores momentos da pandemia de coronavírus, mas também forneceram novas armas no contexto das lutas raciais e democráticas contra o racismo e a violência policial, ao mesmo tempo em que se desenvolvem em uma engenharia ou lógica reversa nas lutas dos entregadores de aplicativos.

Como veremos, as linhas de tendência que aí se manifestam conectam-se diretamente com políticas públicas de gerenciamento de risco em saúde (caso da pandemia), de controle da atividade policial (caso *Black Lives Matter*) e políticas de renda básica universal (caso dos trabalhadores de aplicativos).

### **A CLIVAGEM VIGILÂNCIA/SEGURANÇA: A TÉCNICA COMO TERRENO DAS LUTAS**

Definir o capitalismo contemporâneo como de vigilância implica perguntar-nos se Michel Foucault se enganara ao atribuir essa qualidade ao regime disciplinar típico do capitalismo industrial. Ao contrário, nós pensamos que a periodização de Foucault – atualizada pelo “*Post-scriptum sobre as sociedades de controle*” de Gilles Deleuze – continua produtiva, especialmente se tomada mais como um ponto de partida (e de apoio) do que como um ponto de chegada. A atualidade da abordagem foucaultiana se prova pela capacidade de apreender as tensões que configuram o novo regime de poder e, principalmente, a precedência das lutas que o atravessam.

O conceito de vigilância remete a um universo concentracionário que tem como paradigma a “fábrica-prisão”. Não é por acaso que as duas formas delirantes e especulares da modernidade disciplinar – o socialismo real e o nacional-socialismo – pretenderam afirmar um modelo de coordenação baseado nos campos de trabalho forçado soviéticos e nos campos de concentração e extermínio nazistas. Os *Gulag*<sup>4</sup> soviéticos, assim como o mote *arbeit macht frei* (“o trabalho liberta”) – ainda legível no pórtico do campo de Auschwitz –, foram as faces explícitas e radicais de um sistema de vigilância do trabalho planejado como um regime penal.

Com efeito, ao comentar a governamentalidade algorítmica contemporânea, Yarden Katz (2020) equiparou nossa condição à de um regime *carcerário geral a céu aberto*. Isso talvez faça pensar em Michael Hardt (1997), que criticou a noção de *fora* para dizer que a vida *na* prisão apenas revela a vida *como* prisão. As disciplinas, no entanto, controlam os corpos de cada indivíduo, inserindo-os em uma serialização de massa, e fazem uso de ferramentas punitivas de explícita restrição da liberdade. O que está em jogo hoje, entre nós, parece ser de outra ordem.

Já no início da segunda metade da década de 1970, Foucault antecipou a virada neoliberal pesquisando sobre o nascimento da biopolítica no jogo entre segurança, território e populações. Era claro que o deslocamento das tecnologias disciplinares para as de segurança não implicava o desaparecimento das precedentes (soberania arcaica, disciplina industrial), mas isso não eliminou o fato de que são as tecnologias de segurança que passaram a dominar as anteriores. É na definição das tecnologias de segurança que reencontramos os dados *avant-la-lettre*. “A segurança”, diz Foucault (2004, p. 18-19), “se apoia em certo número de *dados* materiais”. Ela se exerce sobre “um espaço pleno de fenômenos e eventos” como arte de “minimizar os elementos negativos e maximizar os positivos a partir do estudo e modelização das probabilidades” (Foucault, 2004, p. 19).

Já citamos o papel que os dados desempenharam na invenção *algorítmicamente acelerada* de uma vacina eficaz na luta contra o coronavírus. Porém, assim que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que enfrentávamos uma pandemia, o debate inicial sobre políticas de confinamento e a gestão da *curva* de contágio – ocorrido entre março e maio de 2020 – explicitou como a tecnologia de segurança era (e continua a ser) o substrato da razão neoliberal, um substrato tão potente que os mercados sofreram uma inesperada sideração (Boutang, 2020).

O debate na emergência sanitária se articulava entre as modelizações sobre os efeitos prováveis da velocidade de difusão do vírus e os imperativos de achatamento da curva de contaminação. Um perfeito exemplo da definição geral de segurança proposta por Foucault: “Modos e tecnologias usados para manter

um determinado tipo de fenômeno dentro de limites que sejam socialmente e economicamente aceitáveis” (Foucault, 2004, p. 6).

No ocidente, não se tratava de erradicar o contágio (como na política chinesa de zero covid), mas de deter sua velocidade de propagação, mantê-la abaixo de certa taxa e evitar a saturação do sistema de saúde. No centro da estratégia estavam os dados da curva de novas infecções, exatamente como na definição: organizar o fenômeno “em torno de uma média que será considerada como ótima para o funcionamento de uma sociedade dada” (Foucault, 2004, p. 7). Não é por acaso que os leitores heideggerianos de Foucault, a exemplo de Agamben, alinharam-se imediatamente ao *negacionismo* da extrema direita (como o de Trump e Bolsonaro), protestando contra as medidas de proteção das populações adotadas pelos governos, a ponto de integrar manifestações anti vacina (Cocco, 2022). Nas leituras paranoides, segurança e vigilância se equivalem.

Não era isso, porém, que pensava Foucault – para quem a clivagem era mais nuançada. Na pandemia, a biopolítica apareceu como uma política da vida e a população como um meio com existência natural e artificial, um “ponto de articulação entre a cultura e natureza que [é] o terreno de exercício de tecnologias de segurança” (Foucault, 2004, p. 24). Eis a *clivagem entre vigilância e segurança*: a primeira visa disciplinar os sujeitos para que produzam riquezas; a segunda quer constituir a população em relação a um *meio/milieu* de vida, existência e trabalho. Se a disciplina implica um governo, a segurança é uma governamentalidade (Foucault, 2004, p. 24). Nas lutas contra a asfixia (Corrêa, 2021) travadas na pandemia, essa clivagem apareceu de maneira nítida e mostrou o quanto as leituras tecnóforas poderiam endossar a necropolítica da nova extrema direita.

Embora o debate permaneça aberto, o tema da vigilância não ajuda a sair do impasse. As linhas de clivagem consistentes com as lutas precisam ser procuradas de outra maneira. O conceito de segurança, tal como Foucault o problematizou a partir das tecnologias probabilistas de gestão do risco, é tanto atravessado por vetores biopolíticos quanto por colmatagens dos controles. Quando esse conceito começou a ser desdobrado, opuseram-se às leituras paranoicas de Foucault aquelas que pretendiam nuançar as tecnologias de segurança valendo-se da diferença implícita entre a biopolítica e o biopoder. Enquanto a biopolítica implicaria uma política da vida, do *fazer viver* como potência, o biopoder teria sido uma tecnologia de poder *sobre* a vida, um fazer viver quase que totalitário. A nosso ver, não apenas é impossível encontrar essa distinção em Foucault, como ela carece de utilidade. Para ele, interessava apreender como o poder circula e, ao mesmo tempo, como evitar os efeitos de dominação: como reforçar as relações de poder contra os estados de dominação.

O que a pandemia tornou claro foi outra coisa. Uma vez que o biopoder precisava explicitar sua dimensão de proteção da vida, a oposição movida pela nova extrema direita apareceu abertamente como uma necropolítica. A política do *deixar morrer os fracos* não estava embutida no biopoder, como Foucault pensou no curso de 1976 (Foucault, 1997) e tanto Roberto Esposito (2004) quanto Achille Mbembe (2019), inspirados nele, enfatizaram. Na urgência da pandemia, a necropolítica apareceu claramente separada e inimiga do biopoder, como um novo tipo de fascismo.

Isso expôs como a vigilância nas sociedades ocidentais é limitada, a ponto de não se conseguirem implementar aplicativos para rastrear a propagação do contágio, a não ser de modo optativo. Já na China, a vigilância apareceu ligada à política de zero covid – e não pela via pastoral, mas pela cinegética do modelo da caça ao vírus (Keck, 2014). Assim, recuperar a noção foucaultiana de segurança em toda a sua envergadura habilita a pensar a vigilância não como uma característica fundamental do capitalismo contemporâneo, mas como uma das clivagens contraditórias entre a sua dimensão biopolítica e a sua manifestação necropolítica – cristalizada, hoje, na nova extrema direita global.

Essa clivagem é uma brecha que pode conduzir a outras. Por exemplo, as que podem derivar de uma melhor compreensão do mecanismo de valorização que envolve a segurança e a conexão dos dados. McAfee e Brynjolfsson (2017) enfatizaram que esse câmbio se converteu em um padrão: “Uber, a maior empresa de táxis do mundo, não possui nenhum veículo”; “Facebook, a mídia mais popular do mundo, não produz nenhum conteúdo”; “Alibaba, o mais valioso varejista, não tem nenhum estoque, e Airbnb, a maior empresa de hospedagem, não possui nenhum bem imobiliário” (McAfee & Brynjolfsson, 2017, p. 6). Essas empresas sem capital alcançaram muito rapidamente centenas de milhões de usuários. Em 2015, um milhão de pessoas por dia usava o Uber em 300 cidades de 60 países diferentes (McAfee & Brynjolfsson, 2017, p. 7).

Mais do que de um capitalismo de vigilância, estamos diante de empresas cujo capital é o conexionismo, que engendram processos de valorização por meio da produção incessante de consistências, da tessitura de tramas entre máquinas, plataformas e multidão. Contrariamente à maioria dos produtos e serviços, cujo valor independe da presença de outros usuários, ou é diminuído por ela, o valor e a atratividade de plataformas em rede crescem na medida que mais e mais usuários as adotam – um processo que os economistas chamam de efeito positivo de rede (Kissinger et al., 2021). Esse efeito ocorre em “atividades de troca de informações nas quais o valor cresce juntamente com o número dos participantes” (Kissinger et al., 2021, p. 102).

É a própria dinâmica de valorização das plataformas em rede que leva algumas delas a ter bases de centenas de milhões, e até bilhões, de usuários, enquanto outras se desertificam e morrem. Ou seja, “as plataformas de rede são inerentemente fenômenos de grande escala” (Kissinger et al., 2021, p. 100). Assim, a tensão antagonista que impulsiona as lutas pode não estar na vigilância, mas poderia estar na dinâmica da criação de valor que faz com que a IA usada pelas plataformas de rede produza uma “interseção entre humanos e Inteligência Artificial em uma escala que sugere um evento de significação civilizacional” (Kissinger et al., 2021, p. 95).

A pandemia foi um teatro de dinâmicas de lutas que talvez indiquem brechas na clivagem vigilância/segurança. Sem contar as mobilizações internas ao sistema de saúde no esforço de luta contra o vírus e o negacionismo, podemos apontar, entre muitas, duas linhas de mobilização: contra o racismo nos Estados Unidos e a dos entregadores de aplicativos. Cada uma dessas lutas atravessa e é atravessada pela aceleração algorítmica.

No dia 25 de maio de 2020, George Floyd, um ex-segurança negro norte-americano, foi assassinado por um policial branco na cidade de Minneapolis. Horas depois, os protestos começaram *in loco* e rapidamente proliferaram em um grande movimento nacional que durou meses e desempenhou um importante papel na derrota eleitoral de Donald Trump (Tensley, 2020).

O mecanismo fundamental da mobilização foi a difusão de vídeos gravados pelos transeuntes que assistiram à cena do sufocamento policial de Floyd. Não era a primeira vez que a visibilidade da violência racista da polícia funcionava como gatilho da revolta. Basta lembrar os violentíssimos *riots* de seis dias que abalaram Los Angeles em 1992, logo depois que um júri absolveu quatro policiais acusados de espancar Rodney King, um motorista negro.

Os dois episódios têm muito em comum: o racismo de setores da polícia em determinadas cidades dos Estados Unidos e a revolta violenta que imediatamente toma conta das ruas. Mas há grandes diferenças que mostram como a técnica pode funcionar como terreno das lutas. O estopim em Los Angeles foi a presença fortuita de alguém que, com uma câmera, gravou um *videotape* mais tarde difundido por redes de televisão. Já o assassinato de Minneapolis foi gravado pelos smartphones de vários transeuntes. Primeiro, as imagens viralizaram nas redes sociais. Elas só chegariam às televisões depois que a revolta já tomava todas as cidades dos Estados Unidos. Ao longo de meses de protestos, o uso das redes sociais para convocar manifestações e dos smartphones para gravar as mobilizações e fiscalizar os abusos da repressão (*e.g.*, em frente à Casa Branca, com a presença do próprio Donald Trump), nunca parou.

Essa foi uma tendência em outros episódios de violência racista da polícia, como no caso do assassinato por estrangulamento de Eric Garner em 2014, em Nova York, de onde veio o *slogan* “*I can’t breath*” que se repetiria seis anos mais tarde no caso Floyd. Em 2014, uma revolta sucede o assassinato de Michael Brown por um policial em Ferguson. Em 2015, foi o assassinato de Freddie Gray, que morreu em um carro da polícia de Baltimore. O movimento *Black Lives Matter* foi crescendo desde 2013 nas mobilizações que se seguiram a cada um desses casos. Em todos eles, a comunicação por redes sociais e os vídeos gravados pelos smartphones foram os gatilhos e os meios de proliferação das mobilizações, revoltas, processos de indignação. Por isso, David Dufresne (Fabre, 2020a) chega a dizer que a “câmera é a arma dos desarmados”.

Isso mostra que a vigilância tem pelo menos duas dimensões, uma vertical e uma horizontal. No início dos anos 2000, o engenheiro Steve Mann – considerado um dos pais dos dispositivos portáteis – cunhou um neologismo por meio de um avessamento. Ao lado da *surveillance*, ele tornava pensável a *sousveillance*, isto é, a vigilância *de cima*, pensada por Bentham e problematizada por Foucault, que contrapunha a vigilância de baixo, possibilitada pela ubiquidade de dispositivos portáteis ou *wearables* (vestíveis). Esse termo foi objeto de debates na França a propósito de uma lei de segurança que visava limitar a difusão das imagens produzidas sobre a ação dos policiais (Fabre, 2020b). Esse mesmo debate aconteceu recentemente em São Paulo, onde o governador de extrema direita prometeu eliminar as câmeras corporais dos Policiais Militares (Mestre, 2022). Apesar disso, fala-se sem cessar de *surveillance* e muito pouco de *sousveillance* – o que implica uma dinâmica difusa e ubíqua.

O filósofo Jean-Gabriel Ganascia (2010) pondera que a oposição binária não funciona porque, na realidade das redes e das plataformas, as duas situações se misturam: é essa mistura que precisamos investigar. A esse respeito, Bernard Harcourt (2020) propõe a noção de *sociedade de exposição*, na qual o desejo de se expor e se publicar está na zona intermédia entre a *surveillance* e a *sousveillance* e parece tangenciar o conceito de segurança proposto por Foucault, ou o de controle, por Deleuze.

Ao mesmo tempo em que a pandemia foi teatro de uma grande desaceleração, foi também palco de uma aceleração da aceleração algorítmica que levou a um vasto processo de alfabetização digital de setores inteiros da população, os quais passaram a usar intensivamente todo tipo de serviços on-line. O número de entregadores de aplicativos aumentou na mesma proporção, e logo assistimos, em diversos países, a expressivas mobilizações desses trabalhadores.

Mesmo antes desses eventos, anunciava-se um operaísmo digital que aparecia com uma composição massificada de operários digitais (os trabalhadores

de aplicativos) à qual se pudesse aplicar – com ligeiras adaptações – o método trontiano da composição técnica e política da classe. Quando essas lutas surgiram, esses autores pensaram que elas abririam caminho a um operaísmo digital que permitiria evitar o “risco de cair na armadilha pós-operaísta de procurar o novo sujeito social em qualquer lugar menos no local de trabalho” (Englert & Woodcock, 2020, p. 50).

As lutas dos entregadores permitiriam afastar-nos do foco tecnológico ou nos usuários e, em vez disso, privilegiar a auto-atividade dos trabalhadores (Englert & Woodcock, 2020). A procura pela classe operária como *conditio sine qua non* das lutas implica que “vigilância e controle algorítmicos são fundamentais para compreender as mudanças na composição do trabalho em plataformas” (Woodstock, 2020). Não por acaso, a literatura registra uma abordagem difusa e proliferante: a imagem de um panóptico algorítmico.

Porém, quando observamos as formas de luta dos entregadores, encontramos indícios de uma dinâmica que não se encaixa em nenhum renascimento da velha classe operária. Em primeiro lugar, as mobilizações são metropolitanas e carregam essas características; em segundo lugar, o sucesso das greves se alavanca na simpatia e na adesão de setores importantes dos usuários. As lutas nos serviços sempre implicam um horizonte composto, por um lado, pelo *making da metrópole* (Szaniecki & Cocco, 2021) e, por outro, por mobilizações de coprodução dos serviços e das próprias lutas. O sucesso das mobilizações depende da dimensão metropolitana e transversal das lutas, assim como são interseccionais os movimentos contra o racismo.

Como as lutas contra o racismo, as mobilizações dos entregadores não acontecem paralelamente à vigilância, mas na engenharia reversa da *sousveillance*. Dois elementos adicionais apontam os desafios dessa nova condição: no plano da renda e do combate à precariedade, a luta dos trabalhadores dos aplicativos é mais atravessada pelas políticas de renda do que pelo estabelecimento de uma relação salarial formal. No Brasil, essas lutas foram especialmente afetadas pelo Auxílio Emergencial e, em um plano mais geral, pela questão da Renda Básica. Ou seja, o que está em jogo já não é o trabalho garantido ou formal, mas o acesso a fluxos de renda – viabilizado por atividades livres, sem patronagem direta, e ao mesmo tempo algorítmicas e plataformadas.

Essa tendência fica ainda mais clara na recente manifestação de entregadores imigrantes em Portugal – a maioria brasileiros. Ainda que esse episódio não tenha qualquer peso estatístico, é um indicador sobre como a autoatividade ou o autoempreendedorismo precisam ser pensados do ponto de vista da produção de subjetividade: “Representando cerca de 90% dos entregadores das principais plataformas digitais em Portugal, os motoboys brasileiros se uniram para lutar

contra o plano do governo de regularizar o setor” (Amato, 2022). Ainda no contexto português, essa tendência é reforçada por uma pesquisa do Instituto Universitário de Lisboa (Lourenço, 2022), segundo a qual 87% dos motoboys das plataformas digitais no país afirmam desejar permanecer freelancers.

Será que essas tendências não passam de efeitos do condicionamento ideológico promovido pela apologia neoliberal do empreendedorismo de si? Seriam elas perversões do desejo de massas desproletarizadas que aguardam apenas a sua reproletarização nos termos da velha subordinação assalariada?

O que dizer, então, da *Great Resignation (Big Quit)* (Curtis, 2021) e das iniciativas mundiais de *quiet quitting* (Pearce, 2022) que parecem prolongar as duas linhas precedentes? Por um lado, há uma crise econômica ligada ao cenário pós-pandemia (estagnação salarial, aumento do custo de vida, oportunidades limitadas de crescimento profissional, cenário inflacionário global etc.); por outro, distendem-se as lutas pela liberdade de atividade segundo uma tendência que rompe com o modelo da relação assalariada.

Talvez o desafio esteja em apreender de que maneira, nas novas condições do trabalho que acontecem por fora da relação salarial, processam-se lutas pela liberdade (Boutang, 2022), quer dizer, contra as formas de escravidão que permanecem, mas que também se renovam e encontram novos terrenos e horizontes.

## REFLEXÕES FINAIS

Geert Lovink (2019) afirma que não nos falta descrever os agenciamentos algorítmicos como efeitos técnicos monumentais das transformações das economias de plataformas; falta-nos, na realidade, explicar como o social ingressa nesses agenciamentos – para além da distopia das colmeias cibernéticas, do fatalismo democrático e do imobilismo político. O social funciona politicamente nos novos agenciamentos sociotécnicos, ou seja nas lutas algorítmicas, como “[um tipo de] ativismo infraestrutural consciente das múltiplas camadas interconectadas” (Lovink, 2019, p. 74).

Nem as saídas políticas propostas pela abordagem do capitalismo de vigilância, nem a reiteração que seus teóricos acreditam encontrar em um campo social atravessado por redes, algoritmos e plataformas conseguem nos levar para além do efeito crítico e cognitivo inerente a essa crítica. Embora ela descreva e denuncie os efeitos nocivos da digitalização geral da vida, a crítica elaborada pelo capitalismo de vigilância já não consegue estimar os possíveis agentes políticos envolvidos em uma cultura imediatamente algorítmica (Finn, 2017); nada mais faz do que cartografar infinitamente um diagrama de poder que se apresenta como dado e politicamente inescapável.

Por isso, também, a consciência crítica que a abordagem desenvolve cultiva o esquecimento de que a denúncia não passa de um instrumento diagnóstico dos antagonismos internos ao progresso da técnica e da razão modernas. No momento em que a denúncia passa a constituir um fim em si mesma, o exercício da razão que ela contém termina por fazer-nos presas de um impasse insolúvel. E, no entanto, esse impasse é diariamente desafiado pela proliferação das lutas, nas clivagens vivas que constituem o terreno da técnica e da aceleração algorítmica.

O verdadeiro desafio está em encontrar formas de convergência e de recomposição política dessas lutas fragmentadas que façam da própria algorítmica seu terreno constitutivo. A autonomia das resistências deve encontrar a força dos autômatos, e a inteligência de classe precisa desenvolver sua capacidade – inclusive artificial – de usar os algoritmos (do comum) contra os algoritmos (da expropriação). ■

## REFERÊNCIAS

- Amato, G. (2022, 29 de setembro). Motoboys brasileiros recusam vínculo de trabalho em Portugal e querem continuar freelancers. O Globo. <https://oglobo.globo.com/blogs/portugal-giro/post/2022/09/motoboys-brasileiros-recusam-contrato-de-trabalho-em-portugal.ghtml>
- Ball, P. (2020, 18 de dezembro). The lighting fast-quest for Covid – and what it means for other diseases. Nature. <https://www.nature.com/articles/d41586-020-03626-1>
- Benasayag, M. (2019). La tyrannie des algorithmes. Textuel.
- Bicher, M., Ripplinger, C., Zechmeister, M., Jahn, B., Sroczynski, G., Mühlberger, N., et al. (2022). An iterative algorithm for optimizing COVID-19 vaccination strategies considering unknown supply. PLoS ONE, 17(5), e0265957. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0265957>
- Bridle, J. (2018). A nova idade das trevas. A tecnologia e o fim do futuro. Todavia.
- Boutang, Y. M. (2012). Cognitive capitalism. Polity Press.
- Boutang, Y. M. (2020). Sideração Covid: a economia suspensa e o momento decisivo para 2020. Lugar Comum, (58), 305-329. <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/40396/22031>
- Boutang, Y. M. (2022). A sombra da escravidão no cerne da liberdade moderna. Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia, (65), 204-213.
- Cocco, G. (2022, 14 de julho). A catástrofe das equivalências: a controvérsia Nancy-Agamben. Estadão. Caderno Estado da Arte. <https://estadodaarte.estadao.com.br/catastrofe-equivalencias-nancy-agamben-coco/>

- Corrêa, M. D. C. (2021). A conspiração dos vivos: as lutas contra a asfixia. *Emancipação*, 21, 1-17. <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v21.2116468.023>
- Curtis, L. (2021, 30 de junho). Why the big quit is happening and why every boss should embrace it. *Forbes*. <https://www.forbes.com/sites/lisacurtis/2021/06/30/why-the-big-quit-is-happening-and-why-every-boss-should-embrace-it/?sh=279a0005601c>
- Dupont, M. (2020, 18 de dezembro). La 'sousveillance' pour surveiller celui qui surveille. *Le Monde*. [https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/12/16/la-sousveillance-pour-surveiller-celui-qui-surveille\\_6063553\\_3232.html](https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/12/16/la-sousveillance-pour-surveiller-celui-qui-surveille_6063553_3232.html)
- Dupuy, J-P. (2009). *On the origins of cognitive science. The mechanization of mind*. The MIT Press.
- Englert, S, & Woodcock, C. C. (2020). Operaísmo Digital: tecnologia, plataformas e circulação das lutas dos trabalhadores. *Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos*, 22(1), 47-58.
- Esposito, R. (2004). *Bíos. Biopolítica e filosofia*. Einaudi.
- Eubanks, V. (2018). *Automating inequality. How high-tech tools profile, police and punish the poor*. Saint-Martin's Press.
- Fabre, C. (2020, 29 de setembro). David Dufresne : « La caméra, c'est l'arme des desarmes ». *Le Monde*. [https://www.lemonde.fr/culture/article/2020/09/29/david-dufresne-la-camera-c-est-l-arme-des-desarmes\\_6053971\\_3246.html](https://www.lemonde.fr/culture/article/2020/09/29/david-dufresne-la-camera-c-est-l-arme-des-desarmes_6053971_3246.html)
- Finn, E. (2017). *What algorithms want. Imagination in the age of computing*. The MIT Press.
- Foucault, M. (1997). "Il faut défendre la société". *Cours au Collège de France (1976)*. Seuil.
- Foucault, M. (2004). *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-1978)*. Seuil.
- Ganascia, J-G. (2010). The generalized sousveillance society. *Social Science Information*, 49(3), 489-507.
- Keck, F. (2014). From Purgatory to Sentinel. *Forms/Event in the Field of Zoonoses. Cambridge Anthropology*, 32(1), 47-61.
- Han, B-C. (2018). *Psicopolítica. O neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Âyiné.
- Harcourt, B. (2020). *La Société d'exposition: Désir et désobéissance à l'ère numérique*. Seuil.
- Hardt, M. (1997). *Prison Time*. *Yale French Studies*, (91), 64-79. <https://doi.org/10.2307/2930374>
- Hardt, M., & Negri, A. (2005). *Multidão: Guerra e democracia na era do Império*. Record.

- Haskel, J., & Westlake, S. (2018). *Capitalism without capital. The rise of the intangible economy*. Princeton University Press.
- Hui, Y. (2019). *Recursivity and contingency*. Rowman & Littlefield.
- Katz, Y. (2020) *Artificial whiteness. Politics and ideology in Artificial Intelligence*. Columbia University Press.
- Kissinger, H. A., Schmidt, E., & Huttenlocher D. (2021). *The age of AI and our human future*. Hachette Group.
- Lovink, G. (2019). *Sad by design*. Pluto Press.
- Lourenço, S. M. (2022, 20 de maio). 87% dos estafetas querem continuar como freelancers. *Expresso Emprego*. <https://expressoemprego.pt/noticias/87%25-dos-estafetas-querem-continuar-como-freelancer/4460>
- Mbembe, A. (2019). *Necro-politics*. Duke University Press.
- McAfee, A., & Brynjolfsson, E. (2017). *Machine, platform, cloud. Harnessing our digital future*. W. W. Norton & Co.
- Mestre, G. (2022, 20 de outubro). Tarcísio diz que pode voltar atrás sobre câmeras corporais da PM. *Poder 360*. <https://www.poder360.com.br/eleicoes/tarcisio-diz-que-pode-voltar-atras-sobre-retirar-cameras-da-pm/>
- Morozov, E. (2018). *Big tech. A ascensão dos dados e a morte da política*. Ubu.
- Mueller, G. (2021). *Breaking things at work. The luddites were right about why you hate your job*. Verso.
- Noble, S. U. (2018). *Algorithms of oppression: How search engines reinforce racism*. NYU Press.
- O’Neil, C. (2020). *Algoritmos de destruição em massa. Como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia*. Rua do Sabão.
- Orwell, G. (2009). 1984. Companhia das Letras.
- Pasquinelli, M. (2023). *The eye of the master: A social history of the Artificial Intelligence*. Verso.
- Pearce, K. (2022, 12 de setembro). What is ‘quiet quitting’. *HUB*. <https://hub.jhu.edu/2022/09/12/what-is-quiet-quitting/>
- Raunig, G. (2016). *Dividuum: Machinic capitalism and molecular revolution*. Semiotexte.
- Sadin, É. (2016). *La silicolonisation du monde*. L’échappée.
- Simondon, G. (2020). *Do modo de existência dos objetos técnicos*. Contraponto.
- Slaughter, M. J., & McCormich, D. H. (2021, 16 de abril). Data is power. Washington needs to craft new rules for the digital age. *Foreign Affairs*. <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2021-04-16/data-power-new-rules-digital-age>

- Supiot, A. (2015). *La gouvernance par les nombres*. Cours au Collège de France (2012-2014). Fayard.
- Svampa, M. (2016). *Debates latinoamericanos: Indianismo, desarrollo, dependencia y populismo*. Edhasa.
- Svampa, M. (2019). *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina. Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. Elefante.
- Szaniecki, B., & Cocco, G. (2021). *O making da metrópole. Rios, ritmos e algoritmos*. Rio Books.
- Tensley, B. (2020, 10 de novembro). How black voters and simmering protests contributed to Trump's loss. CNN. <https://edition.cnn.com/2020/11/10/politics/alicia-garza-black-lives-matter-election-joe-biden/index.html>
- Woodstock, J. (2020). The algorithmic panopticon at deliveroo: measurement, precarity, and the illusion of control. *Ephemera*. <http://www.ephemerajournal.org/contribution/algorithmic-panopticon-deliveroo-measurement-precarity-and-illusion-control-0>
- Zhunis, A., Mai, T. D., & Kim, S. (2022). Responses to COVID-19 with Probabilistic Programming. *Frontiers in Public Health*, 10, 953472. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2022.953472>
- Zuboff, S. (2020). *A era do capitalismo de vigilância. A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Intrínseca.

---

Artigo recebido em 20 de novembro de 2022 e aprovado em 04 de dezembro de 2023.

